

Política

CONSTITUINTE

AURELIANO CONTRA O MONOPÓLIO

15 propostas para a Constituinte, entre elas a suspensão do monopólio da distribuição de derivados de petróleo.

Aprovado, rejeitado, reformulado. E, de novo, alvo de emendas.

Já estão querendo mudar o que acaba de ser aprovado. Querem alterar o regimento interno da Constituinte, votado anteriormente de forma que a duração do mandato presidencial e o sistema de governo sejam votados em primeiro lugar. Projeto de resolução nesse sentido foi apresentado ontem pelo líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (foto), RJ, com o apoio declarado do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, sob o argumento de que esses dois temas polêmicos estão por trás dos atrasos nos trabalhos da Assembleia.

"Cortar esse nó górdio, decidindo preliminarmente essas questões parece ser o caminho mais adequado para que a Nação tenha em breve a tão sonhada Constituição", justificou Brandão Monteiro, que garante que o projeto já conta com muitas adesões, inclusive das lideranças, e, por isso, será facilmente aprovado.

Para Mário Covas — que vai levar a questão da antecipação da votação dos dois temas e exame na bancada do PMDB, quarta-feira próxima —, a "medida eliminará os dois elementos perturbadores da Constituinte e os seus trabalhos transcorrerão mais serenamente, já que mandato e sistema de governo fermentam insatisfação. E é preciso evitar a protelação", desabafou.

Embora ache simpática a proposta e, terça-feira passada, tenha sido taxativo ao considerar boa a idéia de antecipação, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi mais reticente ontem. "Agora", observou ele, "já estamos trabalhando com um calendário onde nossas unidades são as semanas e a conclusão dos trabalhos está próxima. Dentro de no máximo dois meses tudo estará concluído. Se estivéssemos fazendo previsão para daqui a seis meses ou um ano, era o caso de se investir nessa antecipação. Mas agora creio que os trabalhos terão um curso normal e em breve tudo estará acabado". Mesmo pensando assim, Ulysses não pretende impor barreiras caso os constituintes decidam pela antecipação.

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, só é favorável à antecipação da votação sobre o sistema de governo, não concordando com o destaque ao mandato presidencial. Para ele, dependendo do que for definido sobre o sistema de governo, muitos outros capítulos precisarão ser alterados.

O senador Mário Covas garantiu que a antecipação não é uma estratégia do seu grupo para, aproveitando o momento político de grande rejeição ao governo, assegurar a redução do mandato do presidente Sarney. Ele disse que a intenção "é apenas eliminar esse caldo de cultura da indefinição do problema".

Covas informou que a reunião da bancada peemedebista, na semana que vem, servirá também para o exame de propostas destinadas a apressar os trabalhos da Constituinte e de algumas questões a serem votadas pelo plenário. Uma das idéias é sistematizar as emendas ao anteprojeto de Carta aprovado pela Sistematização, de forma a impedir a multiplicidade de propostas sobre o mesmo tema.

O governador Orestes Quércia não vai poder gastar 34 milhões de cruzados na construção de uma capela no Palácio Boa Vista, em Campos do Jordão. Isso por ordem do juiz da 7ª Vara da Fazenda do Estado, que concedeu liminar na ação popular movida pelo deputado Hatiro Shimomoto, vice-líder do PDS paulista. O deputado entrou com essa ação contra o governador por achar elevado demais o preço da construção da capela (que daria para construir 113 casas populares).

Sem ajuda
Os deputados e senadores deixarão de receber a ajuda de custo, recurso legal existente desde 1982 como forma de custear principalmente as despesas de viagens dos congressistas aos seus Estados em feriados de recesso, com a convocação extraordinária do Congresso. O projeto de decreto legislativo com esse objetivo foi aprovado ontem pelo Senado. Essa ajuda representava de Cr\$ 60 a Cr\$ 100 mil reajustáveis.

Vereadores
Os vereadores de Curitiba devem aprovar o projeto do prefeito Roberto Requião, que limita seus vencimentos ao dobro do maior salário pago a um funcionário público. A garantia é do vereador Jorge Bernardi do PDT, segundo o qual o projeto — ainda não enviado à Câmara — não vai reduzir os salários dos vereadores, "pois o maior salário é o do prefeito mesmo".

Newton Cruz
O general da reserva Newton Cruz não

Há figuras que passam em branco num período de Congresso, sem despertar qualquer interesse ou mesmo atenção. Saem despercebidas como chegaram. Outros, são lembrados pela constância da ausência, exceção aos dias do guichet e já agora, nem nestas datas, porque os depósitos bancários são feitos diretamente nas respectivas contas e movimentados até mesmo à distância.

Mas há os que marcaram indelevelmente seu itinerário parlamentar em qualquer dos períodos do Império ou da República com tintas vivas, pronunciamentos corajosos, advertências premonitórias, projetos e pareceres que atravessam os anos com contínua atualidade.

Nem sempre obtêm projeção em sua época e são algumas vezes redescobertos, como está ocorrendo, agora, com a edição dos "Perfis Parlamentares", que reúne a seleção de alguns discursos ou projetos de senadores ou deputados.

No próximo mês, a Câmara dos Deputados lança o 3º volume dessa seleção, reunindo pronunciamentos selecionados de Bezerra de Menezes, ou melhor, Adolfo Cavalcanti Bezerra de Menezes, que há mais de um século reclamava a fiscalização higiênico-sanitária da carne, camava contra o favelamento da Guanabara, que então sediava as Cortes, ou propunha a regulamentação do trabalho do empregado doméstico.

Compulsando os Anais da Câmara desde a guerra do Paraguai até fins do século passado (Bezerra de Menezes exerceu mandatos



Ulysses, Aureliano: emendas a apreciar.

Sarney reafirma ao Centrão: vai governar com os amigos.

"Vou governar com os amigos, prestigiando os que me prestigiam." Na primeira vez que o presidente Sarney disse frase semelhante, logo depois que seu mandato foi fixado em quatro anos pela Comissão de Sistematização, pouca coisa mudou. E provável que também desta vez a garantia dada ao Centrão, numa reunião no Alvorada nesta terça à noite, seja apenas um reconforto aos que o apóiam. Reconforto, aliás, provocado por várias queixas.

A frase, desta vez, foi dita por Sarney depois de um comentário do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, seguido por críticas e queixas dos parlamentares do Centrão contra ministros, políticos e seus protegidos. Antônio Carlos Magalhães inaugurou a rodada observando que todos os ministros devem prestigiar os integrantes do Centrão, porque são estes os que têm apoiado Sarney. O ministro Costa Couto, também presente, concordou. E o diálogo foi de cobrança.

Os integrantes do Centrão argumentaram que os que não prestigiam Sarney continuam tendo seus pedidos atendidos. Foi citado o caso do deputado Cássio Cunha Lima, do MUP — o grupo mais à esquerda do PMDB — que conseguiu nomear um delegado do Iapnas na Paraíba. As reclamações continuaram, atingindo os nomes do superintendente do Inamps, Ezio Cordeiro, do governador do Rio, Moreira Franco, do ex-governador Franco Montoro, do ministro Aníbal Teixeira, da Seplan, e do ministro da Previdência Social, Renato Archer. Este último deveria ser mesmo trocado, segundo o deputado Roberto Jefferson, do PTB do Rio. "por um político que representasse o Centrão, que tivesse a cara do Centrão, como Roberto Cardoso Alves".

Sarney sorriu, mas não respondeu. Ele próprio, segundo contaram os parlamentares presentes ao encontro, queixou-se muito do governador Moreira Franco, pela sua

atuação a favor da reforma tributária e pelo seu atual comportamento em favor dos quatro anos de mandato. "Mas o Moreira continua com a presidência do BNDES", atalhou um deputado, também ficando sem resposta de Sarney. Antônio Carlos Magalhães fez questão de alimentar as críticas ao governador do Rio, em índice "pior" que o de Brizola e um dos mais negativos entre todos os governadores. Já o ataque a Franco Montoro, feito por um deputado, parece ter ficado no fato de que seu filho, André, permanece na vice-presidência do BNDES.

Uma das informações que Sarney não gostou de ouvir foi contra o ministro Aníbal Teixeira. A queixa: ele tem atendido diretamente os prefeitos, liberando recursos sem a intermediação dos parlamentares. Além dos citados, também estiveram presentes os ministros Prisco Viana e Borges da Silveira, e os deputados Roberto Cardoso Alves, Marcos Lima, Carlos Sant'Anna (PMDB), Ricardo Fiúza, Luiz Eduardo Magalhães, José Lins e José Lourenço (PFL), Gastone Righi (PTB) e Bonifácio de Andrada (PDS).

Reativar
Os líderes do desativado Centro Democrático do PMDB garantiram, ontem em Brasília, que o grupo será dinamizado e voltará a atuar no partido e na Constituinte, apoiando algumas emendas do Centrão mas desestimulando qualquer movimento de transformar este último em embrião de partido político. Reunidos anteontem à noite no apartamento do deputado cearense Expedito Machado decidiram também influenciar na escolha do líder da bancada do PMDB na Câmara, em março, e nas renovações do Diretório e Comissão Executiva nacional do partido, em junho. Os ministros Prisco Viana e Borges da Silveira estão tentando convencer o colega Luiz Henrique a apoiar os objetivos do Centro Democrático...

deio Mirage III e F-5E, além dos futuros AM-X.

Pazzianotto
"Quem administra um município onde vive 10% da população do País, não pode se comportar como outros prefeitos", disse ontem em Brasília o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, um dos candidatos a candidato à prefeitura paulista. "Quero fazer um governo democrático, redemocratizar a prefeitura: cada região conhece suas necessidades e o prefeito deve ouvi-las."

ABC
Não apenas o governo da Nova República mas também a Constituinte estão desacreditados perante a população do ABC paulista, região com cerca de um milhão de eleitores. Foi o que mostrou uma pesquisa do Inpes (Instituto de Pesquisas do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul), realizada com 550 famílias de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Do total, 85,4% respondeu que os compromissos da Nova República não têm sido cumpridos. 55,5% não acredita na Constituinte.

Consciência
"A força deste país não está sediada no Palácio do Planalto, em Brasília. Está na consciência de cada cidadão e cidadã do Brasil. O desafio não é entre nós e eles. É entre nós, a partir de nós e dentro de nós", disse ontem o governador da Bahia, Waldir Pires, ao discursar em Itabuna para mais de 300 produtores de cacau e lideranças políticas da região.

DESTAQUE POLITICO
"Para quem sabe ler, um pingo é letra."
Governador Orestes Quércia, quando perguntado por que é a favor do sistema presidencialista.

recebeu, até o final da tarde de ontem, a comunicação do juiz da 1ª Vara Criminal do Rio, de que será submetido a júri popular. A família do general informou que ele vai recorrer da sentença.

Cláudio Polilla
A principal testemunha do caso Baumgartner — pelo qual está sendo julgado o general Newton Cruz — o bailarino Cláudio Polilla (Jilô) pediu ontem garantias de vida à polícia. Ele disse que sofreu um atentado a tiros no dia dois de janeiro, em um bar da cidade. Dois homens atiraram contra ele, de dentro de um carro, acertando por engano outra pessoa que estava no bar. O homem morreu, confirmou a delegacia da área.

Misseis
O Ministério da Aeronáutica assinará dentro dos próximos trinta dias um contrato de compra de misseis ar-ar Moll-1, fabricados pela empresa paulista Órbita. São misseis destinados a aviões de caça e bombar-

parlamentares durante 30 anos) vamos encontrar debates notáveis em que tanto o deputado cearense escolhido pelo distrito eleitoral do Rio de Janeiro quanto Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Bittencourt Sampaio, Saldanha Lobato, Aristides Lobo, Joaquim Manoel de Macedo e tantos outros revelam os dotes de inteligência que os consagraram nas letras jurídicas, na política, na cátedra, na literatura.

Mas não é nosso propósito lembrar agora a personalidade do político que a coleção dos "Perfis Parlamentares" consagra com o próximo lançamento da coletânea.

Queremos recordar uma personalidade de vida parlamentar recente — Raimundo Asfóra — que deixou a atividade legislativa para concorrer no último pleito a vice-governador do seu Estado, a Paraíba.

Quando chegaram as primeiras notícias sobre o seu "suicídio", à véspera de assumir a vice-governança do Estado, consideramos impossível que ele tivesse sido capaz desse gesto extremo.

Pouco antes, em Brasília, o ouvimos com confiança, revelando convicções da vida de além-túmulo e recitando versos de Augusto dos Anjos psicografados e comparando-os com a edição do livro Eu e outras poesias.

Alguns parentes inconformados com o laudo precário, falso, suspeito, da polícia paraibana, sobre sua morte haviam obtido do Instituto de Criminalística do Rio Grande do Sul um novo exame pericial; a notícia desceu com um alívio junto aos constituintes e, particularmente, àqueles parlamentares que

Freitas Nobre Raimundo Ásfora: homicídio político?

com ele conviveram e que não aceitaram a primeira versão policial.

Por isso mesmo, acentuou-se a repercussão com o resultado a que chegou aquele instituto gaúcho, tendo em vista várias circunstâncias, inclusive a posição em que o corpo foi encontrado, "sentado e reclinado sobre uma mesa, quando deveria ter sido lançado ao chão pelo impacto da bala contra o ouvido".

Não nos cabe aqui endossar ou não a versão corrente na Paraíba de que teria sido um homicídio, talvez de caráter político.

Vale recordá-lo em alguns dos seus momentos mais curiosos, já que iríamos longe em revivê-lo na atuação como vice-líder do PMDB ou como titular da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Com seu porte marcial, um deputado peemedebista que fora vice-líder da Arena e então candidato a líder do PMDB caminhava pelo corredor que liga o edifício principal ao Anexo IV sem cumprimentar os colegas com os quais cruzava.

Raimundo Ásfora observava:

— Parece mais candidato a embaixador do mundo.

Noutra oportunidade, seus correligioná-

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, entregou ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um conjunto de 15 propostas de emendas ao anteprojeto de Constituição ligadas aos setores mineral, energético e petrolífero. As principais dizem que o monopólio do petróleo não deverá ser estendido à distribuição, que o imposto sobre minerais deve ser único e que o contrato de risco só deve existir a título de reciprocidade. Aureliano propõe ainda que seja acrescido ao item 182 do esboço da nova Carta um item estabelecendo que caberá à União a instituição de imposto único sobre produção, importação, circulação e distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e de energia elétrica, que permitirá ao governo manter a taxa compulsória hoje existente sobre a gasolina e o álcool.

As propostas foram encaminhadas durante reunião realizada na sala do presidente da Constituinte e contou com a presença de diversos líderes de partidos, entre eles José Lourenço (PFL), Mário Covas (PMDB), Carlos Sant'Anna (PMDB), além de diversos presidentes de estatais ligadas ao Ministério das Minas e Energia. A saída do encontro, Ulysses Guimarães disse que "os líderes ficaram impressionados com a exposição do ministro Aureliano Chaves e eu, como presidente, vou fazer que circulem as emendas sugeridas em todas as lideranças para que, conforme compromisso aqui assumido, haja um entendimento e em sete dias essas emendas sejam apresentadas".

Aureliano Chaves, ao defender que o monopólio do petróleo não deve ser estendido à distribuição, explicou que "essa medida não seria conveniente ao País porque a Petrobrás vem concorrendo de maneira brilhante e efetiva no setor de distribuição de petróleo e hoje já detém a maior parcela do mercado, 35%, seguida pela Shell (21%), Atlantic, Esso, Ipiranga e Texaco". A partir de agora, prosseguiu ele, "temos que concentrar nossos esforços para ampliar as reservas nacionais e criar condições para que o País possa ser auto-suficiente".

Outro item que merece ser alterado, no entender do ministro, é o que trata do imposto sobre mineração. Ele lembrou que "o mercado internacional é altamente competitivo em vários minérios e se houver uma carga de impostos sobre este setor corre o risco de inviabilizar a nossa competitividade no campo externo".

O ministro das Minas e Energia também defende mudanças no esboço constitucional que trata do contrato de riscos: "Sempre fui favorável que ele deixasse de existir porque, na época em que foi criado, ele tinha uma visão da realidade brasileira. Com o correr do tempo, verificamos que a Petrobrás realmente é competitiva e os resultados auferidos com os contratos de risco não foram satisfatórios para o País". Ressaltou, entretanto, que defende a sua existência apenas para casos de reciprocidade por causa da Braspetro — que é uma empresa subsidiária da Petrobrás que atua no exterior — e não há razão para fecharmos as portas para outros países que nos dispensam tratamento de abertura".

O ministro das Minas e Energia propõe ainda que seja alterado o dispositivo que trata da competência da União para legislar sobre exploração dos serviços e instalações nucleares com aprovação do Congresso. A emenda original prevê que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional". Já Aureliano acha que o texto deve ser dividido em dois, estabelecendo o seguinte: a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos; b) a lei especificará as atividades que dependerão de aprovação do Congresso Nacional.

Segundo justificativa do ministro, "não parece lógico que toda atividade nuclear, independente de sua importância, deva ser submetida à aprovação do Congresso Nacional". Para ele, há necessidade de se discriminar, em lei ordinária, quais atividades devem ser apreciadas pelos parlamentares.

Um dos membros do Centrão, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), já recolheu até ontem 267 assinaturas à sua emenda que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney, prevendo que as primeiras eleições presidenciais somente serão realizadas em 15 de novembro de 1989. Até o final do prazo para emendas, no dia 13, o deputado recolherá mais de 280 assinaturas para a emenda ter prioridade.

A emenda, inscrita em grande parte por membros do Centrão, representa uma ofensiva de parte do grupo para manter o presidente Sarney por cinco anos no Palácio do Planalto, embora os principais articuladores e líderes do Centrão tenham, em diversas ocasiões, garantido que o grupo não entraria na questão do mandato presidencial nem no sistema de governo.

Mais uma vez, ontem, o Centrão não divulgou suas nove emendas substitutivas nem começou a fazer o recolhimento das necessárias 280 assinaturas para que as emendas tenham prioridade de votação sobre o projeto de Constituição votado na Comissão de Sistematização.

O fator de complicação dentro do Centrão para que as emendas sejam fechadas é que desde segunda-feira os relatores especiais José Lins, Bonifácio de Andrada e Paes Landim) estão recebendo sugestões dos muitos membros do grupo.

Como cada uma dessas sugestões deve ser levada em conta, porque cada deputado, por menos expressivo que seja, merece atenção dos líderes do grupo, por significarem votos garantidos no plenário, as emendas tiveram de ser refeitas várias vezes. Além do mais, centristas de peso como o líder do PTB na Câmara e na Constituinte, Gastone Righi, fazem valer o peso dos seus votos em algumas decisões.

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Telebrás protesta contra sua "extinção"

Um grupo de funcionários do sistema Telebrás fez ontem sua reivindicação ao deputado Ulysses Guimarães: que seja excluída do texto constitucional a prerrogativa de decisão para Estados e municípios quanto à outorga de concessão de serviços de telecomunicações a terceiros.

O argumento: o artigo que já está no texto vai provocar a extinção do sistema Telebrás, que conta hoje com 30 empresas e 4,5 milhões de acionistas, e é bastante lucrativo. Até por isso, é impossível conceber a sua extinção, disse o advogado da Telebrás, Gaspar Viana.

Um grupo de funcionários do sistema Telebrás fez ontem sua reivindicação ao deputado Ulysses Guimarães: que seja excluída do texto constitucional a prerrogativa de decisão para Estados e municípios quanto à outorga de concessão de serviços de telecomunicações a terceiros.

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

Assim, foi na base da ameaça de rompimento que Gastone Righi conseguiu impor sua proposta substitutiva do capítulo da Ordem Social, onde ele impôs a estabilidade do trabalhador no emprego "após 12 meses, através de garantia na despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos

de que, então, Asfóra pudesse ser recompensado dos gastos a que fora obrigado para exibir Juruna aos paraibanos.

— De certo, escolhido presidente, o senhor organizará um notável Ministério.

— Certo, respondeu o índio.

— E nesse caso, para o seu auxiliar, o presidente escolheria como ministro essa figura exponencial da Paraíba, escritor, jornalista, advogado, poeta, que é Raimundo Asfóra...

— Tá louco — interrompeu Juruna, apontando para o copo com whisky que Asfóra segurava na mão —, ele bebe demais...

Coração grande, maior do que ele, Raimundo Asfóra encerrou o programa, colocou Juruna e suas mulheres num automóvel e mandou-os para Recife, de onde voltaram à capital federal.

A Campina Grande de Asfóra não viu Juruna, que voltou para Brasília, onde o aguardavam os dois apartamentos que a Câmara lhe destinara, em razão da numerosa família, agora, por certo, na "casa de campo" em Mato Grosso.

O incidente, porém, não alterou o relacionamento fraterno de Asfóra com Juruna, até porque ele era severo com os maiores e condescendente com os pequenos. Para ele, o índio não atingiu a maioria, mesmo com o mandato parlamentar. E tinha razão. Da tribuna, Juruna expelia os palavrões mais pesados, como se ignorasse seu significado. E, quando o observavam, ele dizia: "Mas se todos vocês falam assim nos corredores, por que não posso fazer o mesmo na tribuna?"

de que, então, Asfóra pudesse ser recompensado dos gastos a que fora obrigado para exibir Juruna aos paraibanos.

— De certo, escolhido presidente, o senhor organizará um notável Ministério.

— Certo, respondeu o índio.

— E nesse caso, para o seu auxiliar, o presidente escolheria como ministro essa figura exponencial da Paraíba, escritor, jornalista, advogado, poeta, que é Raimundo Asfóra...

— Tá louco — interrompeu Juruna, apontando para o copo com whisky que Asfóra segurava na mão —, ele bebe demais...

Coração grande, maior do que ele, Raimundo Asfóra encerrou o programa, colocou Juruna e suas mulheres num automóvel e mandou-os para Recife, de onde voltaram à capital federal.

A Campina Grande de Asfóra não viu Juruna, que voltou para Brasília, onde o aguardavam os dois apartamentos que a Câmara lhe destinara, em razão da numerosa família, agora, por certo, na "casa de campo" em Mato Grosso.

O incidente, porém, não alterou o relacionamento fraterno de Asfóra com Juruna, até porque ele era severo com os maiores e condescendente com os pequenos. Para ele, o índio não atingiu a maioria, mesmo com o mandato parlamentar. E tinha razão. Da tribuna, Juruna expelia os palavrões mais pesados, como se ignorasse seu significado. E, quando o observavam, ele dizia: "Mas se todos vocês falam assim nos corredores, por que não posso fazer o mesmo na tribuna?"

de que, então, Asfóra pudesse ser recompensado dos gastos a que fora obrigado para exibir Juruna aos paraibanos.

— De certo, escolhido presidente, o senhor organizará um notável Ministério.

— Certo, respondeu o índio.

— E nesse caso, para o seu auxiliar, o presidente escolheria como ministro essa figura exponencial da Paraíba, escritor, jornalista, advogado, poeta, que é Raimundo Asfóra...

— Tá louco — interrompeu Juruna, apontando para o copo com whisky que Asfóra segurava na mão —, ele bebe demais...

Coração grande, maior do que ele, Raimundo Asfóra encerrou o programa, colocou Juruna e suas mulheres num automóvel e mandou-os para Recife, de onde voltaram à capital federal.

A Campina Grande de Asfóra não viu Juruna, que voltou para Brasília, onde o aguardavam os dois apartamentos que a Câmara lhe destinara, em razão da numerosa família, agora, por certo, na "casa de campo" em Mato Grosso.

O incidente, porém, não alterou o relacionamento fraterno de Asfóra com Juruna, até porque ele era severo com os maiores e condescendente com os pequenos. Para ele, o índio não atingiu a maioria, mesmo com o mandato parlamentar. E tinha razão. Da tribuna, Juruna expelia os palavrões mais pesados, como se ignorasse seu significado. E, quando o observavam, ele dizia: "Mas se todos vocês falam assim nos corredores, por que não posso fazer o mesmo na tribuna?"

de que, então, Asfóra pudesse ser recompensado dos gastos a que fora obrigado para exibir Juruna aos paraibanos.

— De certo, escolhido presidente, o senhor organizará um notável Ministério.

— Certo, respondeu o índio.

— E nesse caso, para o seu auxiliar, o presidente escolheria como ministro essa figura exponencial da Paraíba, escritor, jornalista, advogado, poeta, que é Raimundo Asfóra...

— Tá louco — interrompeu Juruna, apontando para o copo com whisky que Asfóra segurava na mão —, ele bebe demais...

Coração grande, maior do que ele, Raimundo Asfóra encerrou o programa, colocou Juruna e suas mulheres num automóvel e mandou-os para Recife, de onde voltaram à capital federal.